



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 341/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2282/2013 (3 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Maternidade Azilda da Silva Marreiro.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. José Adalberto Soares Bonfim, Diretor Geral e Ordenador de Despesas da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação Conclusiva nº 11/2016 (fls. 588).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 239/2016–MPC–JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 589).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Azilda da Silva Marreiro. Exercício de 2012.

Contas Irregulares. Alcance. Multas. Prazo. Comunicações. Representação. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- À unanimidade, julgar irregulares as Contas Anuais da Maternidade Azilda da Silva Marreiro, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **José Adalberto Soares Bonfim**, Diretor Geral e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, III, b, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2- Julgar em Alcance o Responsável no montante de R\$ **302.394,75** (trezentos e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido a apropriação e utilização de valores relativos a tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS);

9.3- Aplicar Multa ao responsável no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referente às restrições 04, 05, 06, 07 e 08, elencadas no Relatório/Voto;

9.4- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual, atualizados monetariamente, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96, dos montantes de:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 341/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4.1- R\$ 302.394,75 (trezentos e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), referente ao Alcance discriminado no item 9.2 do Relatório-Voto;

9.4.2- R\$ 21.920,61 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e um centavos), referente às Multas discriminadas no item 9.3.1 e 9.9 do Relatório-voto;

9.5- Comunicar ao Poder Executivo Estadual que, expirado o prazo estabelecido e não havendo os recolhimentos das penalidades supramencionadas, os débitos deverão ser inscritos na Dívida Ativa, seguido da imediata Cobrança Judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.6- Representar ao Ministério Público Estadual, como previsto no art. 114, III da Lei nº 2423/96, para apuração de responsabilidade e improbidade administrativa do Responsável, por infringência as normas legais;

9.7- Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com fulcro no art. 2º da Lei nº 11.457/2007 a respeito da apropriação de R\$ 5.188,75, conforme a OB NR 376 – INSS – JM SERVIÇOS PROF E COM LTDA, registrada na conciliação bancária da Conta Corrente nº 227285, do Banco Bradesco;

9.8- Determinar à origem:

9.8.1- A estrita observância das normas contidas na Lei nº 101/00, no que se refere à não utilização de tributos pertencentes a terceiros em qualquer outra despesa;

9.8.2- Que verifique e observe as regras norteadoras do serviço contábil (Lei nº 4.320/64), Resoluções deste Tribunal de Contas, Lei nº 2.423/96 e Decreto-Lei nº 16.396/94, além de outras normas que integram o padrão e normatização dos serviços públicos;

9.8.3- Que regularize as pendências bancárias identificadas nas conciliações às fls. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22 e 23, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas no §2º, art.33, da Lei nº 2.423/96;

9.9- Por maioria, aplicar multa ao responsável no valor de 9.3.1- R\$ 13.152,36 (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), com fundamento no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em virtude da remessa intempestiva das movimentações contábeis através do sistema ACP (janeiro a dezembro de 2012).

Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Correa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa do ACP.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 341/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral